coordenadores

Carlos Henrique Abrão Fátima Nancy Andrighi Sidnei Beneti



ANOS de VIGÊNCIA da LEI de RECUPERAÇÃO e FALÊNCIA (Lei n.11.101/2005)

Retrospectiva geral contemplando a Lei n. 13.043/2014 e a Lei Complementar n. 147/2014

2015



SUMÁRIO

Prefácio 17

1	Competência em falências e recuperações judiciais	19
	Sidnei Beneti	

- 1. Introdução 19
- 2. Câmaras Especiais e Juízos Especializados para Falências e Recuperações 20
- Julgamentos de Conflitos de Competência pelo Superior Tribunal de Justiça 22
- 4. Conclusão 31
- 2 Do caráter extraconcursal dos créditos falimentares decorrentes de obrigações contraídas pelo devedor durante a recuperação judicial 33

Fátima Nancy Andrighi

- 1. Considerações preliminares 33
- 2. A convolação da recuperação judicial em falência 36
- 3. Obrigações resultantes de atos jurídicos válidos 38
- Extraconcursalidade: prática de atos negociais *∂urante* a recuperação judicial 39
 - 4.1. Etapas do processo recuperacional 40
 - 4.2. Atos negociais praticados ∂urante a recuperação judicial: viés da doutrina 41
 - 4.3. Posição do Superior Tribunal de Justiça 43
- 5. Considerações finais 50
- 3 A TRAVA BANCÁRIA NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ 53 Ricardo Villas Bôas Cueva

Jorge Lobo

	3
	1.2. Características e finalidades do contrato de cessão fiduciária em garantia 63
	1.3. As questões práticas 63
2.	A jurisprudência dos Tribunais de Justiça e do STJ 65
	2.1. Fundamentos da aplicação do art. 49, § 5º, da LRFE 65
	2.2. Fundamentos da aplicação do art. 49, § 3º, da LRFE 67
3.	Negócio fiduciário 67
	3.1. As origens do negócio fiduciário 68
	3.1.1. O direito romano como fonte do negócio fiduciário 68
	3.1.2. O direito germânico como inspiração do negócio fiduciário 69
	3.1.3. O negócio fiduciário como produto do direito moderno 71
	3.2. Conceito de negócio fiduciário 72
	3.3. Características do negócio fiduciário 72
	3.4. Espécies de negócio fiduciário 73
	3.5. Semelhança entre a alienação fiduciária em garantia e a cessão fiduciária em garantia 74
	3.6. O negócio fiduciário é um instituto de Direito Econômico 75
4.	Cessão fiduciária em garantia 75
	4.1. A cessão fiduciária em garantia no direito positivo 75
	4.2. Conceito de cessão fiduciária em garantia de recebíveis performados e a performar 76
	4.3. Finalidade da cessão fiduciária em garantia 78
5.	Natureza jurídica da recuperação judicial da empresa 78
	5.1. Instituto de Direito Privado 79
	5.2. Instituto de Direito Público 80

4 Cessão fiduciária em garantia de recebíveis

Contrato de cessão fiduciária em garantia 61
 L.I. Condições contratuais básicas 61

PERFORMADOS E A PERFORMAR 61

81

82

	2.	Plano de recuperação – requisitos legais 95
	3.	O papel do juiz brasileiro na homologação do plano, segundo a doutrina e a jurisprudência 99
	4.	Violação da lei – a aplicação do princípio da legalidade na formulação do plano recuperatório 106
	5.	A informação adequada – o princípio da transparência na formulação do plano recuperatório 109
	6.	A paridade entre os credores – a aplicação do princípio do tratamento paritário na formulação do plano recuperatório 111
	7.	Breves e provisórias conclusões 116
6	ΕI	spectos processuais da decretação de ineficácia da ação revocatória falimentar 119 iz Guilherme Marinoni e Ricarдo Alexanдre да Silva
	1.	Primeiras observações 119
	2.	Ação revocatória falimentar e ineficácia dos atos em relação à massa falida 120
	3.	Art. 129 e previsão de atos ineficazes 123
		3.1. Pagamento de dívidas não vencidas dentro do termo legal 124
		3.2. Pagamento no termo legal de dívidas vencidas por meio de forma não prevista 125
		3.3. Ineficácia da constituição de direito real no termo legal 126

3.4. Atos gratuitos praticados dois anos antes da falência 127

5.3. Instituto de Direito Econômico 81

O PAPEL DO JUDICIÁRIO NA HOMOLOGAÇÃO DO PLANO

1. Plano de recuperação - compreendendo a dimensão

87

do conceito no direito brasileiro

Ricardo José Negrão Noqueira

6. Conclusões

5.3.1. Conceito de recuperação judicial da empresa

5.3.2. Aspectos da recuperação judicial da empresa

5.	Ação revocatória falimentar 137
	5.1. Legitimidade ativa e prazo decadencial para a propositura 139
	5.2. Legitimidade passiva 142
	5.3. Competência e procedimento 145
	5.4. Efeitos da sentença de procedência e recursos 146
	5.5. Retorno ao estado anterior, situação do contratante de boa-fé e securitização 149
6.	Sequestro e provimentos cautelares atípicos 151
7.	Recuperação judicial e impossibilidade de decretação de ineficácia ou revogação 154
8.	Revogação ou ineficácia do ato praticado com fundamento em decisão judicial 155
9.	Considerações finais 156
A	crise da empresa no projeto de Código Comercial 159
Fá	bio Ulhoa Coelho
1.	Introdução 159
2.	Os princípios do direito falimentar-recuperacional 162
3.	Princípio da inerência do risco 164
4.	Princípio do impacto social da crise da empresa 165
5.	Princípio da transparência nos processos falimentares 166
6.	Princípio da cooperação judiciária internacional 167

Renúncia a herança ou legado dois anos

4. Decretação da ineficácia e necessidade de prévio

128 3.6. Venda ou transferência de estabelecimento sem anuência ou pagamento dos credores 3.7. Registros ou averbações posteriores à falência 3.8. Ineficácia do reembolso de acionista dissidente

antes da falência

contraditório 134

7

8	O PAPEL DO AD	MINISTRADOR JUDICIAL NA RECUPERAÇÃO
	E NA FALÊNCIA	171

Alfredo Luiz Kugelmas е Fabrício Godoy де Sousa

- 1. Introdução 171
- 2. Perfil do administrador judicial e os critérios de escolha 174
- 3. Competências 182
 - 3.1. Competências comuns 182
 - 3.1.1. Correspondências obrigatórias 183
 - 3.1.2. Fornecimento de informações 187
 - 3.1.3. Fornecimento de extratos dos livros do devedor 189
 - 3.1.4. Exigir dos credores, devedor ou administrador quaisquer informações 190
 - 3.1.5. Verificação dos créditos e relação dos credores do § 2º do art. 7º da Lei n. 11.101/2005
 191
 - 3.1.6. Consolidação do quadro geral de credores 194
 - 3.1.7. Requerer a convocação de assembleia geral de credores 196
 - 3.1.8. Contratação de auxiliares 196
 - 3.1.9. Manifestação nos termos da lei 198
 - 3.2. Competências na recuperação judicial 198
 - 3.3. Competências na falência 203
 - 3.3.1. Aviso aos credores 204
 - 3.3.2. Examinar a escrituração do devedor 205
 - 3.3.3. Relacionar os processos e assumir a representação judicial da massa falida 206
 - 3.3.4. Receber e abrir as correspondências dirigidas à devedora 207
 - 3.3.5. Relatório circunstanciado da falência de efeitos civis e penais 207
 - 3.3.6. Arrecadação e avaliação 208
 - 3.3.7. Atos necessários para realização do ativo e pagamento do passivo 213

	1.	Introdução 223
	2.	Recuperação judicial 224
		2.1. Análise sistêmica para concessão da recuperação 225
		2.2. Plano de recuperação 229
	3.	A convolação da recuperação judicial em falência 232
		3.1. As causas jurídicas para convolação da recuperação em falência 233
		3.2. A solução da liquidação judicial 237
	4.	Conclusão 242
10	A	prorrogação do prazo de blindagem da empresa 245
	Pa	ulo Penalva Santos
	1.	Introdução 245
	2.	Fundamento da suspensão 246
	3.	As hipóteses de prorrogação 250
	4.	A prorrogação do prazo de blindagem. Fundamento 251
	5.	Ações ajuizadas contra coobrigados e garantidores 254
	6.	Ações e execuções não sujeitas à recuperação judicial 258
		6.1. O caso específico da cessão fiduciária de recebíveis 259
		6.2. Bens de capital 266
	7.	As execuções fiscais 270
	8.	As ações trabalhistas 271
	9.	Conclusão 272
)		

3.3.8. Representação da massa falida 214

3.3.10. Entrega de bens e documentos e prestação

3.3.11. Prestação de contas e relatório final 218

3.3.9. Balancete mensal 217

de contas 218

9 A CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO EM FALÊNCIA 223

4. Conclusão 219

Jorge Luiz Lopes do Canto

11	A TIPICIDADE	NOS CRIMES	DE FALÊNCIA	E RECUPERAÇÃO
	DE EMPRESAS	275		

Arthur Migliari Júnior

- 1. A tipicidade penal 278
- A tipicidade conglobante nos delitos falenciais e recuperacionais 281
- 3. Os crimes na Lei de Recuperação de Empresa e Falências 283
- 4. Das causas de aumento de pena dos crimes de fraude a credores 290

12 Algumas notas sobre a ineficácia e a revogação de atos praticados antes da falência (Lei n. 11.101/2005, arts. 129 e 130) 311

Humberto Theodoro Júnior

- 1. Introdução 311
- 2. A fraude contra credores no direito brasileiro 313
- 3. A fraude contra credores no atual regime falimentar 313
- 4. Os procedimentos observáveis para o reconhecimento da fraude durante o processo da falência 314
- Natureza do vício detectado na fraude reprimida pela lei falimentar 316
- Os atos prejudiciais à massa falida e o "termo legal" da falência 318
- A ineficácia da venda ou transferência do estabelecimento do falido 321
- 8. O problema do desfazimento parcelado do estabelecimento do falido 324
- A ação revocatória, nos moldes da pauliana (Lei n. 11.101/2005, art. 130)
- 10. Legitimação ativa concorrente 328
- 11. Legitimação passiva 329
- 12. Competência 331

falencial 332

	14. Situação do terceiro que participou do negócio desprovido de eficácia perante a massa falida 333
	15. Conclusões 336
13	Recuperação e falência de pequenas e microempresas – a Lei Complementar n. 147/2014 337
	Carlos Henrique Abrão
	1. Introdução 337
	2. A ordem constitucional e seu modelo 340
	3. O empreendedorismo e o papel da secretaria da pequena e microempresa 343
	4. O sistema vigente na Lei n. 11.101/2005 e suas reformas 346
	5. Regulamentação da recuperação e seus percalços 351
	6. Custo-benefício da recuperação e suas etapas 354
	7. Requerimento da recuperação e o plano de reorganização 356
	8. Arranjos, formas de pagamento e flexibilização do negócio 358
	9. O importante papel da LC n. 147/2014 360
	10. O papel da jurisprudência e sua lacuna 363
	11. Continuação do negócio e avaliação do risco 365
	12. O papel do juízo e sua importância legal 367
	13. O direito comparado e sua experiência 369
	14. O rearranjo do empreendedorismo da recuperação judicial 371
	15. A década legal e seu futuro 374

14 A RACIONALIDADE ECONÔMICA DO DIREITO FALIMENTAR:

Bruno Meyerhof Salama e Fabio Weinberg Crocco

REFLEXÕES SOBRE O CASO BRASILEIRO

II. A universalidade da falência 381II.A. Conceito fundamental 381

I. Introdução 379

13. Prazo decadencial para o manejo da ação revocatória

12

II.B. Disciplina jurídica: síntese 381
II.C. Racionalidade econômica 385
II.C.a.Maximização do valor dos ativos 386
II.C.b.Minimização de custos de transação 388
III.A insolvência empresarial como insuficiência de caixa 393
III.A. Conceito fundamental 393
III.B. Disciplina jurídica: síntese 394
III.C. Racionalidade econômica 397
IV. Responsabilidade de sócios e administradores pelo agravamento de crises econômico-financeiras: o dever de declarar a autofalência 402
IV.A. Conceito fundamental 402
IV.B. Disciplina jurídica: síntese 402
IV.C. Racionalidade econômica 403
V. Realização do ativo 411
V.A. Conceito fundamental 411
V.B. Disciplina jurídica: síntese 412
V.C Racionalidade econômica 414
VI. Conclusões 418
OS CRÉDITOS TRABALHISTAS NA RECUPERAÇÃO E NA FALÊNCIA 42

15 21 Fábio Augusto Branda

- 1. Introdução 421
- 2. Direito do Trabalho. Posição doutrinária
- 3. Direito do Trabalho. Origens 428
- 4. Direito do Trabalho e a Recuperação Judicial e Falência 432
- 5. Posição do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça 439
- 6. Recuperação judicial. Visão dos credores não trabalhistas 443
- 7. Conclusões sistematizadas 445

16 Os aspectos tributários e as questões controvertidas na Lei de Recuperação e Falência 449

Kiyoshi Haraда

- 1. Introdução 449
- 2. Do alcance e conteúdo do art. 57 da Lei n. 11.101/2005 451
- Da interpretação do texto segundo o ordenamento jurídico global, a doutrina e a jurisprudência 453
 - 3.1. Da interpretação sistemática e teleológica 453
 - 3.1.1. Das contradições do art. 57 da Lei n. 11.101/2005 458
 - 3.1.2. Da conjugação do art. 57 da Lei n. 11.101/2005 com o art. 68 da mesma Lei 460
 - 3.2. Do posicionamento da jurisprudência 463
 - 3.3. Do posicionamento da doutrina 465
- 4. Conclusões 469

17 A nova Lei de falências e suas implicações nos créditos dos trabalhadores 471

Sergio Pinto Martins

- 1. Introdução 471
- 2. Vigência e aplicação da lei 471
- 3. Contratos bilaterais 471
- 4. Férias 472
- 5. Aviso prévio 473
- 6. Indenização de 40% 473
- 7. Indenização 473
- 8. Multa por atraso no pagamento das verbas rescisórias 474
- 9. Aplicação do art. 467 da CLT 475
- 10. Juros de mora 475
- 11. Honorários de advogado 477
- 12. Custas e depósito recursal 477
- 13. Transação 478

- 14. Suspensão 478
- 15. Habilitação na massa 479
- 16. Créditos trabalhistas 481
- 17. Créditos decorrentes de acidente do trabalho 485
- 18. Cessão de crédito 486
- 19. Créditos extraconcursais 486
- 20. Meios 487
- 21. Recuperação judicial 488
- 22. Alienação 489
- 23. Arrendamento da empresa 489
- 24. Recuperação extrajudicial 489
- 25. Alienação na recuperação judicial e sucessão trabalhista 490
 - 25.1. Legislação 490
 - 25.2. Posição da doutrina 491
 - 25.3. Interpretação 492
- 26. Conclusão 493

18 A VISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA RECUPERAÇÃO

e falência 495

Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos

- 1. Introdução 495
- 2. As principais inovações da lei 495
- 3. Atualização da lei 498
- 4. A falência transnacional 499
- 5. Lei modelo 502
- 6. Conclusão 504

Anexo I 505